A universidade em debate nas páginas da Estudos Universitários (1962-1969)

Não quero saber de lirismo que não é libertação.
Manuel Bandeira

Mas viveremos. A dor foi esquecida
nos combates de rua, entre destroços.
Carlos Drummond de Andrade

Dimas Veras
Historiador e professor do IFPB. Doutor em História pela UFPE

Os editoriais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo e o Globo dão o tom da questão universitária no panorama do golpe institucional, que depôs sem crime de responsabilidade, em agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff: "fim do injusto ensino superior gratuito". A sentença capital acena que o bloco de poder que conquistou o Estado por via indireta não está interessado em debater a questão universitária; pelo contrário, quer a golpes de decreto colocá-la em questão.

A chamada enuncia a derrocada de um programa político apoiado no fortalecimento das políticas sociais (educação, saúde, previdência e outras áreas) e, por conseguinte, a ascensão de uma força que compreende a mão invisível do mercado como domínio legítimo e competente de promoção da vida. Esse programa censitário, cujo escopo não foi legitimado pelas urnas, não é novo e tem permeado historicamente o debate político e intelectual da universidade brasileira nas últimas décadas.

A pedra angular dos críticos da universidade pública tem se concentrado ao longo dos anos no perfil socioeconômico elitizado e no financiamento estatal. Esse discurso marcou presença em confrontos educacionais decisivos, como a conquista da gratuidade da universidade pública nos anos 1950, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 e o movimento social de reforma universitária na década de 1960, bem como a construção da Constituição de 1988 e da nova LDB em 1996. Pensar sobre esse passado presente reacende indagações decisivas para compreender os proces-

sos que condicionaram os combates pela universidade hoje.

De fato, a dinâmica de reprodução da desigualdade social em desigualdade escolar argumentada pela crítica é um problema real, aliás analisado por sociólogos como Florestan Fernandes e Pierre Bourdieu. No entanto, desconheço pesquisas que recomendem a cobrança de mensalidades, taxas escolares e outras medidas privatizantes como mecanismo de inclusão social. Pelo contrário, o fortalecimento do movimento de educação livre nos EUA, no Chile e na África do Sul denuncia um mercado lucrativo cujo crescimento reforça a desigualdade e a exclusão. O investimento público em educação de qualidade é fator de desenvolvimento e justiça social, sendo, por isso, promissor para a economia tanto ortodoxa quanto heterodoxa.

Aliás, não podemos esquecer como indivíduos e grupos sociais se apropriaram historicamente da educação formal como instrumento de transformação coletiva. Esses heróis e heroínas comuns, que todos os dias contrariam as estatísticas, nos ensinam que não é com a mercantilização e a desestruturação dos serviços públicos, mas com a ampliação das oportunidades, que a universidade se democratiza. É dando chance às *artes de fazer* que os homens e as mulheres mundanos/as de Certeau reinventam silenciosamente os espaços escolares capitalizados por estratégias de poder.

É por isso que a melhoria da universidade e da escola pública não pode ser ditada por decreto ou por medida provisória, mas, como nos ensinou Paulo Freire, deve ser construída amorosamente, com o debate participativo e corajoso da pluralidade do tempo presente. O acesso e a permanência de segmentos historicamente subalternizados à universidade pública avançaram nos últimos anos no Brasil através das cotas para escolas públicas com recorte étnico-racial; do Sistema de Seleção Unificada (Sisu); dos programas de extensão e cultura; da assistência estudantil; entre outras ações inclusivas.

A mudança antipopular reivindicada pela grande mídia, bem como as soluções bradadas por *grupos de pressão* como o Todos Pela Educação e o Escola Sem Partido, confirmam a observação do historiador Christophe Charle de que o ensino formal tem tematizado panaceias formuladas a partir de constatações superficiais de problemas complexos. Essas receitas monolíticas e exportadas fundamentam-se em adaptações compulsórias e debates maniqueístas alheios às contribuições da história do ensino.

A imprensa periódica tem dedicado uma atenção permanente à universidade nas últimas décadas. Nesse sentido, o crítico literário Antonio Candido sempre cita o papel do debate travado na redação do jornal Estado de S. Paulo para a criação da Universidade de São Paulo (USP). Por conseguinte, as vozes dos defensores e dos reformadores estamparam com seus interesses e desejos as páginas impressas num jogo de opiniões condicionado pela dinâmica da imprensa e do conjunto das relações sócio-históricas. São publicações que se acentuam no contexto de expansão e de modernização universitárias após a II Guerra Mundial, período igualmente marcado pela crescente desterritorialização do capitalismo na periferia mundial.

A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, impulsio-

nou o debate público da reforma universitária. Essa dinâmica se constituiu como movimento social na efervescência política e cultural que marcou os anos 1960. Os trabalhos de Luiz Antônio Cunha revelam os percursos por meio dos quais os estudantes se organizaram politicamente como classe, assim ampliando a capacidade de mobilização e conquistando o apoio de professores, técnico-administrativos, intelectuais, artistas, políticos, partidos e organizações civis para compor a luta mais ampla por reformas de base: reforma agrária, urbana, político-eleitoral, tributária, bancária, administrativa e militar.

A pauta da reforma universitária foi paulatinamente incorporada em seu aspecto técnico pelo corpo docente e pelas reitorias que, mesmo sendo predominantemente conservadores, construíram suas propostas em diálogo com a sociedade e suas representações estudantis e com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A política universitária da ditadura foi esboçada, de então em diante, pela equipe do Conselho Federal de Educação e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da apropriação conservadora da pauta reformista. Para isso contaram com a assessoria de consultores internacionais e grupos de pressão empresariais, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes, 1961-1972), segundo mostram os historiadores René Armand Dreifuss e Maria Inez Salgado de Souza.

Pensar com a história considerando dois momentos críticos em que a universidade e a própria democracia no Brasil se encontram em perigo se faz proveitoso, como propôs o filósofo Walter Benjamin, à medida que podemos nos apropriar das singularidades do passado para amanhecer a esperança de que nem tudo está perdido nas contendas do passado e do presente. É preciso, para isso, tomar com as mãos as recordações que permitam pensar uma educação emancipatória em seus lampejos frente à ameaça de destruição.

A Estudos Universitários não se furtou de debater o tema e, mais especificamente, a universidade, traduzindo-a de formas diferentes ao longo de suas primeiras fases nos anos 1960. Nesse sentido, contou com colaboração interdisciplinar para além das fronteiras acadêmica e nacional. São contribuições significativas para pensar a universidade ainda hoje em sua concepção e organização.

A aventura pelas primeiras páginas da "revista de cultura" da UFPE também acentua a possibilidade heurística e metodológica que os periódicos acadêmicos oferecem para a compreensão da multiplicidade do campo universitário, considerando a dinâmica produtiva dos sujeitos, grupos e instituições, suas redes e lugares de sociabilidade, desejo e poder, concepções intelectuais, práticas culturais, bem como relações com o campo econômico e político.

São questões que se fazem relevantes uma vez que uma revista de cultura funciona como um centro gravitacional de efervescência intelectual e afetiva, sincronicamente canteiro e jardim de sociabilidade, como insistem a historiadora Tania de Luca e, também, François Sirinelli. Esses periódicos tendem a estabelecer uma encruzilhada de trajetórias subjetivas agenciadas coletivamente por um programa cultural comum.

A Estudos Universitários e seus produtores do Serviço de Extensão Cultural

da Universidade do Recife (SEC/UR) estavam vinculados a um projeto educacional maior liderado por Paulo Freire. Como mostrei em livro sobre o tema (VERAS, 2012), o órgão se dividiu inicialmente entre as atividades de extensão vinculadas à Rádio Universidade, à Estudos Universitários e ao Sistema Paulo Freire de Educação. A Rádio Universidade, cuja vinheta era "uma rádio a serviço da democratização da cultura", fora confiada ao escritor e professor Gastão de Holanda; a Estudos Universitários, à secretaria do professor e crítico literário Luiz Costa Lima.

As atividades do SEC/UR foram desenvolvidas em parceria com instituições nacionais e internacionais e com os movimentos que fizeram uma ampla mobilização pela educação nos anos 1960: o Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar), o Centro Popular de Cultura (CPC), o De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler, o Movimento de Educação de Base (MEB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Juventude Universitária Católica (JUV), a Ação Popular etc. Eram tempos esperançosos de relativa abertura com o fim do Estado Novo e a crescente agenda de democratização da cidadania e da propriedade, apesar da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da exclusão dos analfabetos do exercício eleitoral.

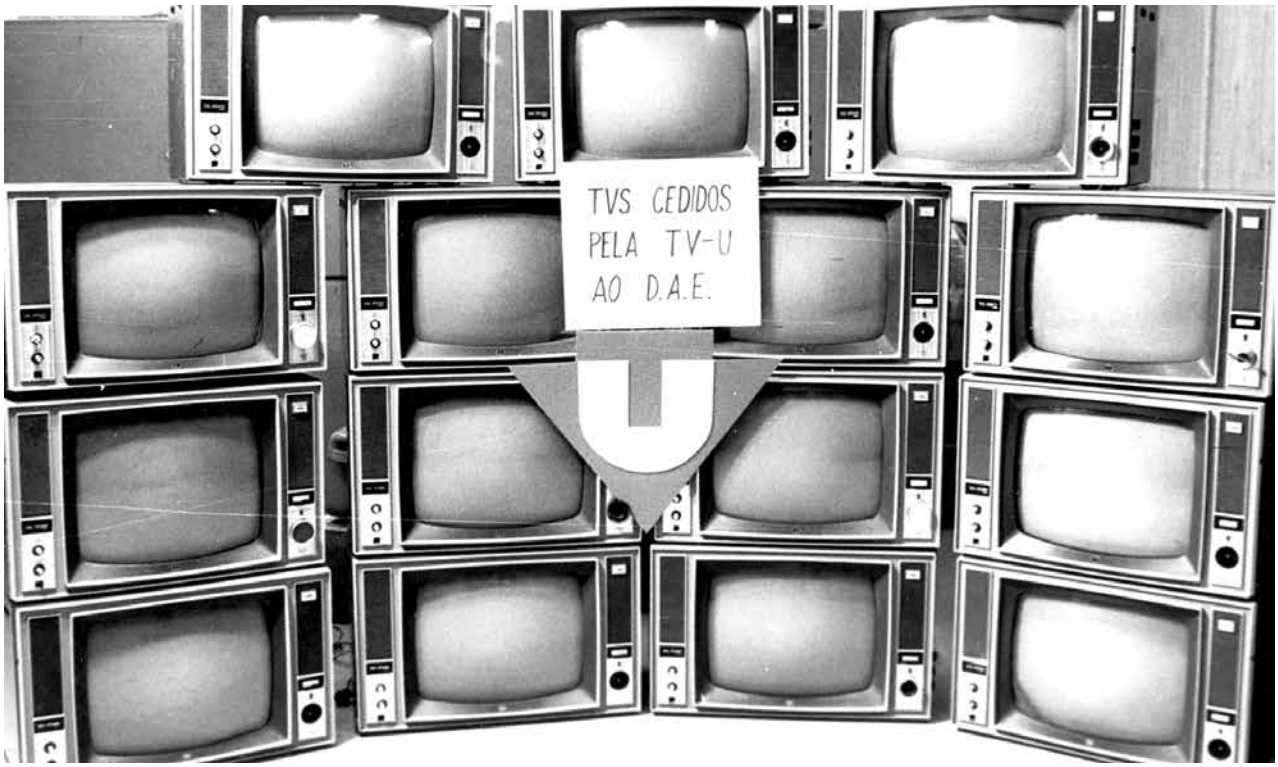
Vivia-se então uma época de crescente urbanização e modernização econômica e cultural. A expansão dos padrões de produção e de sociabilidade capitalista se dava ao lado de uma intensa produção intelectual e artística, inseparável da constituição de um moderno mercado de bens culturais, bem como do que Löwy e Ridenti chamaram de um romantismo revolucionário, que vai das mais diversas manifestações artísticas às guerrilhas de descolonização e resistência às ditaduras do século XX.

Momento, igualmente, sulcado pela Guerra Fria, pelo anticomunismo e pelo que Deleuze e Guattari definiram como crescente esquizofrenia do capitalismo na periferia do mundo, que aumentou a exploração do trabalho e arruinou setores tradicionais e populares.

O mundo vivia, em suas devidas proporções, um processo de universalização da educação escolar em todos os níveis. Habermas nos fala de uma revolução educacional que, após a II Guerra Mundial, condicionou a expansão e a modernização padronizada da universidade enquanto campo de disputa heterônomo entre mercado, professores, cientistas, pesquisadores, técnicos, artistas e estudantes.

A malha universitária brasileira se multiplicou ao longo do regime democrático, que vai de 1945 a 1964, sobretudo, por força da congregação de faculdades e escolas superiores isoladas. Essa primeira expansão criou parte significativa das universidades federais que existem hoje, conduzindo-as do modelo oligárquico conglomerado à instituição de massa ao longo dos anos 1960 e 1970. Não obstante, as universidades tradicional e moderna no Brasil foram, em suas devidas proporções, semelhantemente excludentes e desiguais em suas tessituras sociais.

O golpe de Estado de 1964 iniciou no Brasil uma realidade de violência, repressão e censura com profundo impacto na



infante comunidade acadêmica. A ditadura e a modernização conservadora do Brasil pós-1964, com seus vetores no campo universitário, também serviu como modelo de ação política nos países do Cone Sul: Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985) e Argentina (1966-1973 e 1976-1983).

Por um lado, a perseguição a civis não afinados com o governo ditatorial concentrou parte significativa de seus esforços em vigiar e reprimir continuamente a sociedade, especialmente professores e estudantes universitários. Por outro lado, os programas de modernização conservadora vigentes no período dedicaram uma atenção especial à reformulação da universidade tradicional.

A ditadura encontrou nessas medidas uma ação estratégica de legitimação do governo e arrefecimento da oposição. O projeto estava igualmente centrado no controle institucional através da administração centralizada, da espionagem e do isolamento dos *campi* em relação à vida urbana. Essas práticas são reforçadas nos anos 1970, pela criação dos órgãos de vigilância do serviço público, como a Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs).

A Estudos Universitários (res)surge como um caleidoscópio barroco de temporalidades marcadas pela democracia e pela ditadura. Suas páginas refletem a riqueza cultural e política dos anos 1960, de acordo com o prisma de seus editores e colaboradores. As duas primeiras fases da revista são, assim, cortadas por discussões, concepções e vivências antagônicas de universidade.

Uma primeira fase, de 1962 a 1963, foi muito curta, porém romanticamente intensa, situada num tempo pré-revolucionário e democrático. Nela foram publicados cinco volumes com colaboradores/as matizados. O secretário-executivo Luiz Costa Lima propôs uma linha editorial pautada numa concepção realista de cultura que se impunha como cosmopolita, terceiro-mundista e inserida no debate político do bloco nacional e reformista que seria abatido pelo golpe militar e civil de 1964.

Uma segunda fase, de 1966 a 1985, foi mais longa, porém mais comedida, com colaboração igualmente matizada, embora de escopo regionalista e disposição política acomodada à ditadura. Nesse período foi dirigida pelo professor catedrático e membro do Conselho Federal de Educação (CFE) Newton Sucupira e secretariada e editada pelo professor, crítico literário e poeta César Leal.

Ao revisitar a primeira fase da Estudos Universitários me deparo inicialmente com a apresentação do reitor João Alfredo (1962), liderança que foi relegada ao esquecimento por força da renúncia compulsória em 12 de junho de 1964. Alfredo lança a revista naquela ocasião evocando esperançosamente a vivência universitária no quadro de transformação da cultura brasileira e o desejo de formar integralmente os homens pela pulsação sentimental de suas perplexidades e complexidades. A universidade e a revista surgem como lugar intercomunicativo do pensamento livre e indispensável à formação de lideranças.

Sigo pelos volumes inaugurais da "revista de cultura" da antiga Universidade do Recife (atual UFPE). A universidade aparece como tema direto ou indireto dos trabalhos de Paulo Freire, João Alexandre Barbosa, Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Britto, Walter Costa Porto, Pierre Fürter e Paulo Gaspar de Menezes.

Começo pelos dois trabalhos publicados por Paulo Freire – "O professor universitário como educador" (1962)[1] e "Conscientização e alfabetização: uma visão do processo" (1963) – e suas interfaces com a universidade. No primeiro, Freire conclui que a universidade apenas se realizará quando o professor universitário e o educador se tornarem uma só pessoa, dedicada ao propósito de interpretar e transformar a realidade brasileira. A sobrevivência da universidade depende de sua própria capacidade de formar professores do trânsito para uma nova época radicalmente democrática. Num segundo momento, descreve filosoficamente sua nascente pedagogia que se assenta em concepções de história como transição e de práticas escolares participativas com fins de emancipação social.

"Reflexões sobre arte, universidade e cultura", do professor e crítico João Alexandre Barbosa (1962), trata da integração da comunidade e da cultura universitária a partir da autocrítica acadêmica da realidade econômica e sociocultural brasileira. Por seu turno, o músico, filósofo e professor Jarbas Maciel (1962) ensaia um dueto entre musicologia e universidade como movimento de reintegração crítica do sujeito com a história. Em outro ensaio em que busca sistematizar a pedagogia de Paulo Freire, Maciel (1963) propõe uma concepção de extensão extremamente atual, na

1 Texto republicado à página 65 da presente edição.

qualidade de processo transformador através do qual a universidade contribuiria com a "pré-revolução brasileira", isto é, o movimento democrático das reformas de base.

O professor, filósofo e artista Jomard Muniz de Britto escreve uma resenha sobre o livro *A questão da universidade*, de Álvaro Vieira Pinto (1962), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB/MEC). O ISEB era na época um centro importante de pesquisa e divulgação das ideias desenvolvimentistas e teve as atividades encerradas e seus membros perseguidos após o golpe militar e civil.

O libelo impresso pela editora da UNE apresenta reivindicações ainda contemporâneas: co-governo estudantil, fim do vestibular e das cátedras, universidade do povo, entrosamento com a sociedade e com o setor produtivo. Esses pontos dialogam com as reivindicações e reformas expressas no Manifesto de Córdoba das revoltas estudantis de 1918. Essas questões são retomadas em outro trabalho de Jomard Muniz de Britto (1963) para problematizar as sociedades de massa e defender a apropriação crítica de técnicas e tecnologias da comunicação como recursos de transformação da universidade elitizada e arcaica.

Nas resenhas, encontro o texto do jurista e professor Walter Costa Porto sobre o discurso de paraninfo de Paulo Freire na Escola de Belas Artes da UR em 1961. O resumo crítico destaca a crise da autoridade e da universidade como sintomas da urgência por reformas que promovam uma universidade autônoma em sintonia com as novas configurações da vida social.

Do mesmo modo, o ensaio do professor da Universidade de Zurique Pierre Fürter, com tradução do professor Juracy Andrade, insere o SEC/UR e a pedagogia de Paulo Freire na vanguarda da mobilização educacional dos anos 1960. O SEC/UR deveria formular e compartilhar os instrumentos práticos e teóricos de participação universitária nas reformas que constituiriam a "pré-revolução brasileira".

Na primeira fase da revista, a universidade brasileira é pensada no geral a partir de sua relação com a cultura em seus mais diversos matizes e o desenvolvimento da democracia. Há toda uma preocupação em compreender como a universidade poderia participar criticamente da conjuntura de transição democrática e de desenvolvimento que vivia o país. De tal modo que a ideia de desenvolvimento socioeconômico apenas ganha sentido a partir de um movimento real de aprofundamento da democracia e das políticas públicas de inclusão.

A universidade é pensada por intermédio das experiências de extensão do SEC/UR, que, por sua vez, estavam fundamentadas na nascente pedagogia freiriana, enquanto processo contínuo que vai da educação popular à universidade. Não há fórmulas prontas ou bodes expiatórios. Reinventar a universidade é também revirar de ponta-cabeça a sociedade e a cultura brasileira. É o que se observa na sugestão do padre e professor Paulo Gaspar de Meneses (1963) para a segunda etapa do sistema Paulo Freire, que deságua na universidade popular e nas reformas de base.

Esse primeiro ciclo foi interrompido em 1963, pouco antes do movimento militar e civil que implantou uma ditadura no país que durou 21 anos. Paulo Freire e sua equipe do SEC/UR foram

Construção do prédio do CFCH/UFPE

enquadrados na Operação Limpeza, que reprimiu trabalhadores, universitários, intelectuais e políticos por "crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária" (Ato Institucional nº 1).

Os conflitos com o polímata Gilberto Freyre, relacionados à Estudos Universitários e à Rádio Universidade, influenciaram a sorte do SEC/UR e de seu patrono, o Reitor João Alfredo. De toda forma, a fortuna de Paulo Freire já estava selada pelos militares e seus aliados civis, loucos para encarcerar o educador e as cartilhas de sua "subversiva" pedagogia, que paradoxalmente ficou mundialmente conhecida por abolir esses manuais em favor dos círculos de cultura e do universo vocabular dos educandos.

De volta ao prelo em 1966, os novos produtores da revista de cultura da UFPE retomam a questão universitária sob o prisma da modernização conservadora do regime militar. A política universitária despótica foi construída unilateralmente sob a *expertise* de consultorias internacionais, de professores e burocratas do MEC, bem como do *lobby* do Ipes. Esse grupo de pressão se desdobrou na campanha de desestabilização do governo Goulart e na formulação e execução da política econômica dentro e fora do Estado ditatorial.

Exemplo dessa influência é o ensaio publicado em 1967 na Estudos Universitários de John M. Hunter, consultor da Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Nacional (USAID) e professor de Economia da Michigan State University. Nesse texto, o americano discute as potencialidades econômicas do modelo fundacional nas universidades, sobretudo em sua flexibilização das rela-

ções com os recursos humanos. A leveza da universidade-empresa se apoia, assim, na diminuição da estabilidade do trabalhador e na abertura para o capital privado, regulamentado por critérios de produtividade empresarial e pela cobrança de taxas e de mensalidades pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A ideia de uma universidade como empresa será um ponto recorrente também nos ensaios publicados pelo professor Newton Sucupira, catedrático de história e filosofia da educação, diretor do Departamento de Extensão da UFPE (antigo SEC/UR), diretor da revista Estudos Universitários e membro do Conselho Federal de Educação (CFE).

Os atributos acadêmicos e políticos de Newton Sucupira contribuíram para que ele liderasse o Grupo de Trabalho de Reforma Universitária que redigiu o projeto da Lei nº 5540 de 1968. É também um nome forte, que figura no topo da lista de palestrantes do Fórum de Educação do Ipes – "A educação que nos convém" – no qual o organismo de classe empresarial traçou no mesmo ano as diretrizes da reforma educacional almejada pelo setor produtivo e financeiro.

Assim, no contexto das reformas implantadas por decretos, Sucupira (1967; 1969a) defendeu com afinco a reestruturação e a nova concepção de universidade, assim como a extinção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em 1969. Os dois primeiros textos apresentam de forma didática as medidas necessárias para modernizar a universidade a partir da tradição alemã de integração entre ensino, pesquisa e filosofia e da estrutura administrativa americana de ciclo gerais, departamentos e créditos semestrais.

Nesse seguimento, a universidade é pensada como uma "verdadeira empresa" com seus pilares de racionalização, produtividade e eficiência. A reforma é centrada na atualização administrativa e na adaptação político-pedagógica da universidade ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil por meio da pesquisa científica e tecnológica.

Ademais, é difícil pensar o fim da FFCL defendido por Sucupira sem considerar o quadro de repressão do regime aos opositores universitários, sobretudo das humanidades. A rigor, percebe-se hoje que o fim das FCCL afastou das outras disciplinas o espírito crítico típico das ciências sociais e humanas, da mesma maneira que ampliou o isolamento das ciências da educação e consagrou o mercado e os conselhos burocráticos de gestores acadêmicos como centro (des)integrador da universidade. Para além da necessária atualização administrativa e pedagógica, a reforma universitária é, à vista disso, articulada aos interesses políticos e econômicos do regime autoritário.

Por fim, o ensaio do professor Tarcísio Quirino (1968), "Situação e necessidade da educação e sentido da ajuda educacional na América Latina", reforça a necessidade econômica de fortalecer as ciências técnicas e tecnológicas em detrimento das outras disciplinas. As soluções apresentadas aparecem em consonância com aquelas contidas nos trabalhos de Hunter e Sucupira. Há semelhança com as medidas sugeridas pelas consultorias de Rudolph Atcon, da USAID e do Ipes; há uma preocupação real em traduzir um mundo acadêmico, outrora ditado por um saber bacharelesco, para a língua oficial da nova ordem mundial capitalista: a economia.

Os trabalhos da segunda fase da Estudos Universitários, entre 1966 e 1969, buscaram justificar a modernização conservadora da universidade dos militares e seus aliados civis. Foram, nesse sentido, um eco dos planos traçados pelos generais, pelo próprio Sucupira e pelos consultores do CFE e do MEC: Atcon, Ipes e agências norte-americanas.

A "revista de cultura", cuja criação fora marcada pela emergência da pedagogia de Paulo Freire e pelo debate inovador da educação, tornou-se, com a expulsão dos seus primeiros produtores, um espaço de reprodução e de validação da política universitária do regime militar. Nessa lógica, cumpriu a função tática de legitimar a ditadura a partir de uma ordem do saber tecnocrático cujo verniz de racionalidade centrava-se nas tomadas de decisão unilaterais dos objetivos socioeconômicos, em detrimento das forças plurais golpeadas em 1964.

Quanto aos colaboradores, se faz importante pontuar que a diversidade de vozes subjetivas da primeira fase cede, num segundo momento, ao monólogo de economistas e de professores burocratas, destacando-se Newton Sucupira, como liderança do CFE.

Por conseguinte, a rede de parceiros mergulhados nas primeiras discussões é constituída fundamentalmente por universitários e organismos civis (os movimentos de educação e cultura popular, o movimento estudantil, a SBPC e grupos católicos progressistas como a Juventude Universitária Católica, entre outros). Esse conjunto será substituído, após 1964, por organismos do Estado, por grupos de pressão como o Ipes e por consultorias internacionais norte-americanas.

O novo momento reafirmou uma práxis educacional autoritária, corporativista, tecnicista e privatizante em detrimento da crescente reivindicação social por uma universidade mais participativa e crítica dos últimos anos da república. A reforma estabelecida por decretos também abriu a senda para o novo ciclo repressivo reforçado pelo Decreto-Lei nº 477 de 1969. Conhecido como AI-5 das Universidades, o decreto resultou na expulsão de estudantes e no desligamento e suspensão de profissionais acusados de subversão.

Ainda assim, a repressão traumática da universidade não pôs fim à cultura política progressista. Pelo contrário, ela floresceu ao longo da expansão da educação superior e desabrochou na campanha da Anistia no final dos anos 1970. Os militares também tiveram grande dificuldade em concretizar a reforma proposta, ficando aquém dos ideais de integração comunitária e acadêmica, do mesmo modo que ficaram no meio do caminho do processo de americanização. Deste último, apenas persistiram as estruturas administrativas centralizadas, a substituição das cátedras pelos departamentos e a implantação do regime de créditos, uma vez barrada a cobrança de mensalidades e taxas.

Nos anos 1980, os militares legaram uma universidade esfacelada com orçamentos e salários defasados, *campi* sucateados e abandonada pelo infiel mercado que sonhara desposar. Para além do indispensável estado de direito e da crise do capitalismo global, que marcou o fim do falso milagre econômico, faltaram à reforma elementos básicos para seu desenvolvimento sustentável através dos vetores, então impossíveis,

de participação, igualdade, inclusão e transparência.

Por outro lado, a universidade se contorcia para responder a um crescente desejo por inclusão social e multidisciplinaridade, cujos atores, técnicas e tecnologias foram sistematicamente expurgados de seu meio a partir de 1964. Mesmo com o crescimento vertiginoso nunca antes visto e com a consolidação dos Programas de Pós-Graduação e Extensão (o Projeto Rondon e os Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTACs), a universidade permanecia socialmente elitista e regionalmente desigual.

Todo inegável trabalho intelectual de Sucupira por uma reforma universitária com base no que havia de melhor no mundo desenvolvido foi corroído em menos de dez anos. A despeito do que ele chamou de "serviços supérfluos", a modesta pedagogia do oprimido de Paulo Freire revoluciona o mundo até hoje. O patrono da educação brasileira fundiu novidades pedagógicas de sua época aos devires imanentes às restrições do que Silviano Santiago e Angela Prysthon chamaram de cosmopolitismo dos pobres e periférico – toda a potência das singularidades revolucionárias que se dispunham do modernismo à Bossa Nova, como bem situou Jomard Muniz de Britto.

Talvez a (in)fortuna de Freire e de Sucupira, inscritos nas páginas da Estudos Universitários, tenha sido experimentar de forma diferenciada aquilo que Derrida definiu como a "universidade sem condições". Em tempos democrático e despótico, ambos viveram decididamente formas variadas de autonomia e heteronomia de uma máquina histórico-social cuja potência maior o filósofo francês situa na incondicionalidade de produção, aliás, singularmente exercida pelas humanidades, daí a perenidade e a fugacidade das ideias de um e de outro.

Ao comparar as duas primeiras fases da Estudos Universitários pude identificar uma concepção de universidade construída a partir do que Boaventura de Sousa Santos chamou de uma linha democrática e emancipatória e outra identificada com o que o mesmo autor definiu como desinvestimento estatal e globalização mercantil da universidade. São agenciamentos que participam das linhas de fuga e de captura do que Deleuze e Guattari definiram como descodificação e axiomática do capitalismo mundial, que tem na periferia seus picos de esquizofrenia e submissão do trabalho e do conhecimento ao capital.

Ouroboros se reencontra assim com sua própria cauda. Os democratas e os golpistas de hoje, em suas devidas proporções, estão envolvidos na voragem universitária que tragou os atores de outrora. Interpenetrações entre *think tanks* do passado e do tempo presente: "A educação que nos convém" ou Todos Pela Educação? Movimento Anticomunista ou Escola Sem Partido? Movimento Brasil Livre ou Grupo de Ação Patriótica?

Contra a reforma autoritária do ensino médio e a Proposta de Emenda Constitucional 241 ou 55 de 2016, que estabelece novo regime fiscal de 20 anos, a ação direta dos estudantes em movimento neste ano de 2016, o #ocupaescola contra o projeto de "reorganização escolar" e a reforma autoritária

do ensino médio. Do mesmo modo, as revoltas por educação livre como o #freeeducation, o #FeesMustFall e o #RhodesMustFall da estudantada norte-americana, chilena, sul-africana e de todos/as que lutam por uma universidade pública gratuita e inclusiva. É preciso pensar o direito à universidade e todo acesso à escola pública e gratuita como parte daquilo que Foucault definiu como o direito à vida, isto é, o direito de descobrir e desenvolver tudo o que o sujeito é, tanto quanto tudo o que o sujeito venha a ser.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Alexandre. Reflexões sobre arte, universidade e cultura. *Estudos Universitários:* revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 1, 1962.

BRITTO, Jomard Muniz de. A questão da universidade. *Estudos Universitários:* revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 1, 1962.

_____. Experiência de renovação do curso pedagógico. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 3, 1963.

_____. Educação de adultos e unificação da cultura. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, n. 1, v. 4, 1963.

FREIRE, Paulo. O professor universitário como educador. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 1, 1962.

_____. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 4, 1963.

FÜRTER, Pierre. Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 4, 1962.

GASPAR, Paulo. Uma sugestão para a segunda etapa do Sistema Paulo Freire. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, n. 1, v. 5, 1963.

HUNTER, John M. A universidade fundação: uma caixa de pandora. *Estudos Universitários*: revista de cultura da UFPE, Recife, v. 4, 1967.

MACIEL, Jarbas. Musicologia: oportunidade para universidade brasileira. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 1, 1962.

_____. A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire. *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 4, 1963.

PORTO, Walter Costa. Crise de autoridade, crise da universidade: crise é Brasil (sobre um discurso de paraninfo do prof. Paulo Freire). *Estudos Universitários*: revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, v. 1, n. 1, 1962.

QUIRINO, Tarcísio Rego. Situação e necessidades da educação e sentido de ajuda educacional na América Latina. *Estudos Universitários*: revista de cultura da UFPE, Recife, v. 8, 1968.

SUCUPIRA, Newton. A reestruturação das universidades federais. *Estudos Universitários*: revista de cultura da UFPE, Recife, v. 4, 1967.

_____. Concepção de reforma universitária. *Estudos Universitários*: revista de cultura da UFPE, Recife, v. 9, 1969a.

_____. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. *Estudos Universitários*: revista de cultura da UFPE, Recife, v. 9, 1969b.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidade letradas no Recife*: a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: EdUFPE, 2012.

Departamento
de Assuntos
Culturais UFPE
Teatro
Joaquim
Cardozo